



Existe uma variação das técnicas construtivas pelo território, mas podemos considerar as construções mais antigas, com mais de 70 anos, feitas principalmente de pau-a-pique ou de taipa de mão e cobertura em telha cerâmica ou mesmo de palha de buriti. Todavia, desde os anos de 1950, houve um processo de modernização das técnicas construtivas e do modo de morar dessa comunidade quilombola. Paulatinamente, o pau-a-pique e a taipa foram sendo substituídos pela alvenaria e os telhados com fibra de buriti pelas telhas cerâmicas e de eternit. Alguns moradores ainda fazem uso da taipa de mão, quando da construção dos anexos (destinados aos serviços - a cozinha externa com o fogão de lenha e forno para assar biscoitos, galinheiros, depósitos para ferramentas e para arreios), mas nas últimas décadas têm optado pela construção da residência em alvenaria em tijolos.

A implantação do PNHR trouxe muitas mudanças em todo o território como mostraremos a seguir. O objetivo do PNHR era financiar a produção ou reforma de moradias na zona rural, atendendo assim os agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, entre eles os quilombolas. No quilombo de Bom Jardim da Prata foram atendidas 34 famílias com a construção de novas moradias. O processo deu início no ano de 2013, quando o senhor Agmar Pereira (que já havia conseguido captar recursos com esse fim para a comunidade quilombola de Palmeirinha - Pedras de Maria da Cruz/MG), trouxe essa proposta para a associação quilombola. As obras deram início efetivamente no início de 2015 e até o tempo presente não haviam ainda sido concluídas.

O PNHR foi organizado através da figura jurídica de uma *entidade*, denominada de Arquip, que é controlada pelo Agmar. O programa funciona da seguinte forma: a Caixa Econômica Federal (CEF) libera o recurso para o empreendimento para a Arquip, e essa é responsável por conseguir organizar um grupo de moradores da comunidade que contraem um financiamento. A Arquip fica responsável por comprar todo material e pela fiscalização das obras, e cada beneficiário precisa ajudar indicando um membro da família para exercer a função de ajudante de pedreiro enquanto durarem as obras. Como não havia mão de obra disponível para a construção das novas casas, muitos pedreiros foram contratados na sede do município ou em outras cidades. A nova casa possui sala, cozinha, banheiro e dois quartos, com área de 42m², ao meu ver, muito reduzida para o padrão das famílias quilombolas, sempre numerosas nessa comunidade. Dessa forma, as antigas moradias, muitas delas ainda feitas com técnicas vernaculares e muitas em péssimo estado de conservação não foram demolidas ou abandonadas, como era esperado, mas estão ainda servindo como moradia para parte dos membros da família ou como espaços complementares à casa do PNHR, servindo ainda como depósitos, paiol, quartos, cozinhas e áreas de serviço.

Constatou-se portanto o adensamento de muitos lotes no território do quilombo e a mudança na paisagem, com o acréscimo das novas construções e sem a demolição das que já existiam nos terrenos. Também aparentemente não foi considerado os afastamentos mínimos necessários entre as novas construções e as antigas, que poderia garantir uma maior privacidade bem como melhores condições ambientais.

O PNHR nessa comunidade utilizou da padronização, ou seja, foi adotado um único projeto para todas as novas casas. Os materiais e técnicas construtivas seguiram o padrão estabelecido pela CEF, mas que em nada lembra o padrão e técnicas construtivas vernaculares, que outrora predominava em todo o território.

O programa ainda trouxe o avanço dos processos de especulação imobiliária nas vilas, acirrando a disputa pela aquisição de imóveis e atraindo novos moradores para as vilas.

Conclui-se que esse programa ficou restrito apenas na moradia, reduzindo o conceito de programa de habitação, uma vez que em nenhum momento houve o incremento na implantação de redes de infra-estrutura urbana, como calçamento de vias e equipamentos públicos, como posto de saúde e policial.

Ao reduzir o investimento ao lote no qual foi construída a nova moradia, sem atender a demanda do entorno, o PNHR parece não perceber as demandas pelo abastecimento de água, acesso bem como as redes de energia e telefonia, demandas reais dessa comunidade. Todavia, é preciso ainda considerar algo fundamental, como o empreendimento ainda não foi entregue de forma definitiva para comunidade, não foi possível ainda a realização de estudos específicos de pós-ocupação, que poderiam apontar de forma mais acurada possíveis problemas.

Realização:

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR

Apoio:



Certo é, que ainda existem famílias morando de forma inadequada na comunidade, aguardando um possível desdobramento desse programa, que se acrescido da componente infra-estrutura de apoio, poderia contribuir para a melhoria da condição de vida desses moradores.

Referências bibliográficas

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antonio Chizzotti. 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, João Batista de Almeida. **A eterna busca da liberdade e do respeito humano: os Quilombolas de Minas Gerais**. In: MOREIRA, Agda Marina Ferreira (Org.). **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre direitos e conflitos**. Belo Horizonte: CEDEFES, 2013. p. 7-12.

COSTA, J.B. de A. 2006. **Populações tradicionais do sertão Norte Mineiro e as Interfaces socioambientais vividas**. Revista Cerrados, 4(1): 81-108.

COSTA, João Batista de Almeida, Org.; OLIVEIRA, Cláudia, Luz de, Org. **Cerrado, gerais, sertão : comunidades tradicionais nos sertões roseanos** / Organização de João Batista de Almeida Costa e Cláudia Luz de Oliveira. Apresentação de Carlos Rodrigues Brandão. - São Paulo : Intermeios; Belo Horizonte : Fapemig; Montes Claros; Unimontes, 2012. 385 p.